

MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY E SUA RIQUEZA HISTÓRICO – CULTURAL

TELMA MARIA PAULA RAINHA

FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

TELMA MARIA PAULA RAINHA

**O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY E SUA RIQUEZA HISTÓRICO-
CULTURAL**

MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO

SÃO MATEUS

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1 O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY	7
1.1 CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	7
1.2 HISTÓRICO	8
2 OS JESUÍTAS	12
2.1 OS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO.....	14
3 A FAZENDA MURIBECA	17
3.1 REGISTRO DE AÇÕES	18
3.2 A IGREJA DAS NEVES.....	19
3.2.1 Tradição	21
3.2.2 A imagem	22
4 LENDAS DE TESOUROS E RIQUEZAS	24
5 ORGANIZAÇÃO JESUÍTICA	26
6 REFLEXÕES	29
REFERÊNCIAS	32

APRESENTAÇÃO

Considerando-se a escassez de material didático disponível sobre a História local de Presidente Kennedy/ES, o desejo da pesquisadora em apresentar o legado histórico deixado pelos jesuítas na região sul capixaba e a efetiva necessidade de os municípios disporem de um ensino de melhor qualidade, aliado ainda às dificuldades vivenciadas pelos docentes da rede municipal de educação para elaborar e se apropriar do conhecimento da História local, que complemente o ensino de História do Brasil estudado nas escolas públicas do município, estamos propondo esse trabalho para ser implementado na rede pública municipal de ensino, no intuito de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de História.

Para grande parte dos estudantes brasileiros, o estudo da História não tem o menor sentido ou utilidade. A visão recorrente é a de que se trata de uma matéria de “decoreba”, que só exige a memorização de nomes, datas e fatos do passado. Não é de se estranhar, porque há um enorme fosso entre a realidade vivenciada pela comunidade e a reorganização que é feita da sua memória histórica.

A questão do material didático é um exemplo. Entre os grandes problemas educacionais que enfrentamos, aparece com frequência a escassez de material didático com que professores e alunos podem contar em sala de aula e principalmente a falta de qualidade e/ou adequação dos que estão disponíveis. Ao se analisar o material didático referente à História, verifica-se que professores e alunos, na maioria dos casos, ficam limitados a desenvolver suas atividades com a utilização restrita do livro didático e sem o auxílio de quaisquer outros materiais e equipamentos indispensáveis, como atlas, audiovisuais, laboratórios, computadores, bibliotecas e até mesmo papel.

A própria formulação dos materiais didáticos e em especial destinados ao estudo da História local é ainda bastante permeada por uma visão tradicional e localista, negligenciando as reais especificidades de cada município ou não repassando a inserção da localidade em um processo mais geral, regional, nacional e até mesmo internacional. Os indivíduos da comunidade, desse modo, ignoram a sua realidade imediata e próxima, como também as relações do seu espaço de vivência com outros espaços. Com base na concepção veiculada pelos livros didáticos de História, com poucas exceções, fica evidente que esse material não corresponde às

expectativas da população que, em nenhum momento, se vê ali presente como agente da História.

Partindo dessa análise, verifica-se a necessidade de produzir um novo material que priorize a difusão de uma concepção de História que aborde o processo histórico a um só tempo em sua singularidade e de forma totalizante, que permita o efetivo engajamento da comunidade como produtora e destinatária desse novo conhecimento.

A partir da elaboração deste material de apoio pedagógico, espera-se que a população local reconheça que o município de Presidente Kennedy não é uma entidade abstrata que se coloca acima dos indivíduos, mas uma construção histórico-social, uma conquista de todos aqueles que nele vivem. Para a comunidade, tal compreensão é passo fundamental para buscar a melhoria da sua qualidade de vida e para o entendimento e a preservação daquilo que é a coisa pública, o que, em outras palavras, significa exercer plenamente a cidadania. Isso só é possível a partir da compreensão da realidade vivida, ou seja, a partir da socialização do conhecimento.

Em pesquisa ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), constatou-se que os trabalhos acadêmicos desse sítio só abordam a temática em referência à contribuição jesuítica na educação e na arte, estabelecendo lacunas em referência a aspectos econômicos, sociais e culturais da época em que estiveram nos diversos locais brasileiros. Os livros didáticos e afins enfocam o legado dos jesuítas, de forma geral, no Brasil ou regional, no Espírito Santo. Não há referências que citem sua contribuição em Presidente Kennedy.

A importância histórica do município e a existência de documentos e patrimônio histórico, somadas aos elementos de sua economia, articulam o presente ao passado. O desejo da pesquisadora, como docente de História, de alterar essa situação a partir da apresentação de materiais que enfatizassem a História local e a relevância dos jesuítas no município de Presidente Kennedy foi a mola propulsora para elaboração deste material.

Havia necessidade de se elaborar e apresentar um material didático que pudesse ser utilizado em complemento aos conteúdos mínimos de História ministrados nas escolas de Presidente Kennedy, além de destacar a relevância dos jesuítas para a cidade e sua influência na área educacional, religiosa, social,

econômica e cultural. Dessa forma, destaca-se a importância da pesquisa não só para os estudantes do município de Presidente Kennedy, como também para a população.

A História local sempre foi apresentada relacionando os jesuítas como personagens que apenas auxiliaram os colonizadores portugueses, sem destacar sua relevância para o desenvolvimento do município — antes vila —, fazendo-lhes referência apenas como os responsáveis pela educação de forma catequizadora. Obras, cultura, influências econômicas e sociais não são apresentadas como deveriam. Nessa perspectiva, gerou-se a seguinte problemática: *qual foi o legado deixado pelos jesuítas ao município de Presidente Kennedy e como essa contribuição da História local pode ser ensinada aos alunos do Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) através dos livros didáticos e plano de ensino municipal?*

Com o intuito de responder ao questionamento gerado pela problemática, aponta-se como objetivo geral mostrar como o ensino de História das escolas de Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy retrata o legado deixado pelos jesuítas ao município. Nesse sentido, para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- estabelecer a trajetória dos jesuítas no Espírito Santo e no município de Presidente Kennedy;
- identificar marcas do legado jesuítico na arquitetura, e hábitos culturais;
- mostrar como o legado jesuítico é apresentado nos livros didáticos adotados pelas escolas de Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy;
- refletir sobre o Programa de Ensino de História de Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) do município de Presidente Kennedy.

A pesquisa envolveu o levantamento de conteúdos programáticos utilizados em escolas de Ensino Fundamental no município de Presidente Kennedy, mais especificamente do 4º ao 7º ano. Para tanto, foi feita a análise dos livros didáticos adotados pelas escolas municipais através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), de forma a conferir o que os alunos estavam aprendendo e o que os professores ensinavam sobre a História local e sobre o legado dos jesuítas em Presidente Kennedy.

Busca-se, com este material, a ressignificação do ensino de História, pontuando-se que seu processo de ensino-aprendizagem deve ser bem distinto daquele usado no passado, baseado prioritariamente no livro didático. Aborda-se

também o ensino de História por meio da Educação Patrimonial, já que os alunos, muitas vezes, residem em localidades que possuem patrimônios históricos por eles desconhecidos. Apresenta ainda a História local e sua relevância na construção da memória dos alunos do 4º ao 7º ano e o início da História do Brasil, bem como a contribuição dos jesuítas para seu desenvolvimento.

A Educação brasileira conquistou novos horizontes, sempre avançando em busca de um ideal que a normatizasse e que fosse mais acessível a todas as classes sociais. Hoje é possível apresentar intervenções que possam contribuir para o desenvolvimento de métodos e técnicas inovadoras para a melhoria da qualidade de ensino.

Espera-se, com a inserção deste material didático na rede municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, contribuir para a melhoria da qualidade de ensino nas escolas, além de propor ações para a preservação/conservação da memória local e de perceber que a prática docente em sala de aula deve ser pautada na busca pelo conhecimento novo, fruto da investigação, e não na reprodução daquilo que já foi dado por estabelecido, pronto e acabado. Procura-se ainda demonstrar que esse conhecimento é fruto de um trabalho coletivo, do qual todos participam na condição de sujeito. À medida que se estreitam os contatos com a comunidade, estreitam-se também os laços intelectuais e afetivos que permitem o desenvolvimento de atitudes valorativas e respeitadas em relação àquilo que forma a identidade local.

Este material didático pode produzir experiências extremamente enriquecedoras para os processos de ensino-aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Reconhecer a importância das diferentes formas de vida existentes no município pode ser um passo importante para o engajamento em ações que visem à preservação do patrimônio histórico-cultural construído por diferentes pessoas ao longo do tempo. Ao associar atitudes que valorizam e reconhecem a necessidade de preservação do patrimônio material e imaterial de um povo, desenvolve-se a compreensão do que seja a cidadania plena.

1 O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

1.1 CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O município de Presidente Kennedy, anteriormente pertencente ao território de Itapemirim, obteve sua emancipação político-administrativa em 30 de dezembro de 1963, com a Lei Estadual de Criação nº 1918, que passou a vigorar no dia 4 de abril de 1964, adquirindo em definitivo sua autonomia administrativa. A princípio, o município se chamaria Batalha, mas, com o assassinato do presidente norte-americano John F. Kennedy, fato marcante que abalou o mundo na época, surgiu uma nova proposta: o deputado estadual Adalberto Simão Nader sugeriu que se homenageasse o político que criou a “Aliança para o Progresso” (um programa de apoio aos países do Terceiro Mundo), atribuindo ao município recém-emancipado o nome de Presidente Kennedy.

Com o desmembramento de Presidente Kennedy, o prefeito Manoel Fricks Jordão construiu a estrada que liga Jaqueira a Campo Novo e o grupo escolar, trazendo também a energia elétrica.

Com um território de 583,933 km² e cerca de 11.221 habitantes, conforme dados de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Presidente Kennedy possui características peculiares que o qualificam como um dos ecossistemas mais diversificados do sul do estado do Espírito Santo. Do ponto de vista histórico e pré-histórico, o município possui um relevante patrimônio, representado pela Igreja das Neves, pela Fazenda Muribeca e por um sambaqui localizado na borda de uma paleolaguna em sua extremidade sul. Presidente Kennedy está localizado no litoral sul do Espírito Santo, faz limite com os municípios de Marataízes, São Francisco de Itabapoana e Atilio Vivacqua.

1 O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

1.1 CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O município de Presidente Kennedy, anteriormente pertencente ao território de Itapemirim, obteve sua emancipação político-administrativa em 30 de dezembro de 1963, com a Lei Estadual de Criação nº 1918, que passou a vigorar no dia 4 de abril de 1964, adquirindo em definitivo sua autonomia administrativa. A princípio, o município se chamaria Batalha, mas, com o assassinato do presidente norte-americano John F. Kennedy, fato marcante que abalou o mundo na época, surgiu uma nova proposta: o deputado estadual Adalberto Simão Nader sugeriu que se homenageasse o político que criou a “Aliança para o Progresso” (um programa de apoio aos países do Terceiro Mundo), atribuindo ao município recém-emancipado o nome de Presidente Kennedy.

Com o desmembramento de Presidente Kennedy, o prefeito Elicks Jordão construiu a estrada que liga Jaqueira a Campo Novo e o grupo escolar, trazendo também a energia elétrica.

Com um território de 583,933 km² e cerca de 11.221 habitantes, conforme dados de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Presidente Kennedy possui características peculiares que o qualificam como um dos ecossistemas mais diversificados do sul do estado do Espírito Santo. Do ponto de vista histórico e pré-histórico, o município possui um relevante patrimônio, representado pela Igreja das Neves, pela Fazenda Muribeca e por um sambaqui localizado na borda de uma paleolaguna em sua extremidade sul. Presidente Kennedy está localizado no litoral sul do Espírito Santo, faz limite com os municípios de Marataízes, São Francisco de Itabapoana e Afílio Vivacqua.

Figura 1 – Mapa do estado do Espírito Santo



Fonte: ES em mapas (acesso em 27 dez. 2019).

Figura 2 – Mapa do município de Presidente Kennedy



Fonte: ES em mapas (acesso em 27 dez. 2019).

As Figuras 1 e 2 mostram o estado do Espírito Santo e o município de Presidente Kennedy no seu extremo sul. No quadrante mais ao sudeste do mapa, está localizada a área de estudo do município, bem como os limites municipais com São Francisco do Itabapoana, ao sul, Maratáizes a norte e Itapemirim a nordeste.

Cidade com maior PIB *per capita* do país, por conta do repasse dos recursos dos *royalties*, sua economia, no entanto, é majoritariamente ligada à agricultura, setor responsável por cerca de 70% de sua arrecadação.

1.2 HISTÓRICO

Quando os portugueses chegaram ao que hoje se chama Espírito Santo, encontraram vários grupos indígenas que viviam da pesca, da caça, da coleta e da pequena agricultura de subsistência. A partir do ano de 1581, todo panorama histórico e a organização social se alterou com a chegada dos colonizadores portugueses, especialmente o padre José de Anchieta, que, vindo do Rio de Janeiro, construiu uma igreja de madeira na Planície de Muribeca, às margens do rio Itabapoana.

A trajetória histórica da região em que atualmente está situado o município de Presidente Kennedy remonta a tempos anteriores a 1581, período em que era habitada principalmente por índios Puris e Botocudos. Eram chamados Puris por serem “ousados”, provavelmente quanto à forma traiçoeira de atacar seus inimigos e à mobilidade desses indígenas entre os vales das serras; Botocudos era o nome genérico dado pelos colonizadores portugueses aos diferentes grupos indígenas do tronco macro-jê, não tupi, de diversas filiações linguísticas e regiões geográficas, que usavam acessórios chamados botoques (discos brancos, geralmente feitos com a madeira leve da barriguda, *Ceiba ventricosa*, secados ao fogo, de até 12 centímetros), fixados nos lóbulos das orelhas e nos lábios, dando aos indígenas uma aparência particularmente assustadora para os portugueses.

Os índios Botocudos eram os que ocupavam mais territórios e ofereciam mais resistência ao colonizador português que atacava as aldeias e os sesmeiros, ateando fogo no que encontravam pelo caminho. Os Botocudos, também chamados Aimorés, eram numerosos na época das primeiras incursões do homem branco, distribuindo-se pelo sul da Bahia e região do vale do rio Doce, incluindo o norte do Espírito Santo e Minas Gerais.

Figura 3 – Índios Botocudos



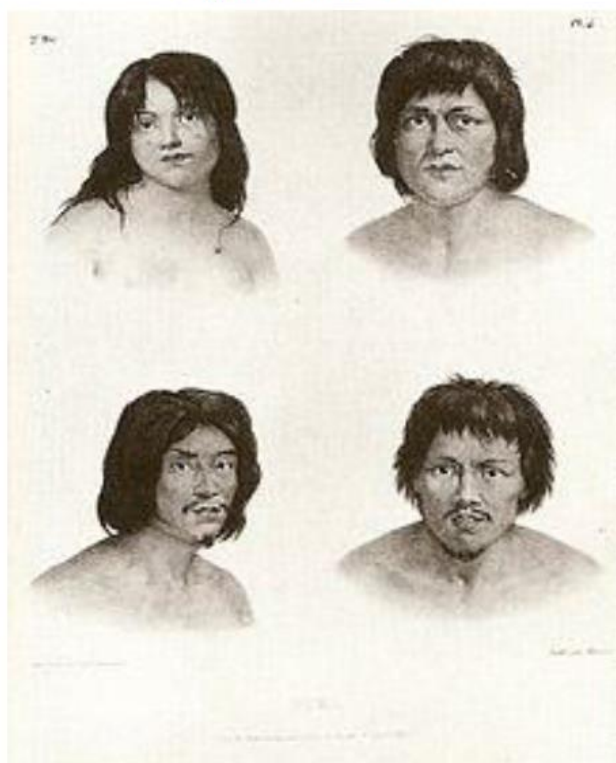
Fonte: Família... (acesso em 27 dez. 2019).

Figura 4 – Índio Botocudo



Fonte: Botocudos... (acesso em 27 dez. 2019).

Figura 5 – Índios Puris



Fonte: Puris... (acesso em 27 dez. 2019).

Os jesuítas vieram pelo rio Itabapoana, limite sul do Espírito Santo, percorrendo a região habitada pelos índios botocudos desde tempos imemoriais, guiados pelo Padre Almada, superior da companhia na região. Eles entraram por um dos afluentes do Itabapoana, edificando residências em suas margens. Nesse local, construíram um sobrado, uma igreja, um cemitério, uma estrada partindo da igreja em linha reta até o litoral onde fizeram três montes de areia. No monte do meio ergueram uma cruz, também deixaram uma estiva de madeiras, que recebeu o nome de estiva dos Frades. Ao afluente e às terras deram o nome Muribeca. Situava-se entre os rios Muriaé, Paraíba e Itabapoana.

Junto com outras três fazendas jesuítas — Carapina e Itapoca, na Serra, e Araçatiba, em Viana —, a fazenda Muribeca foi importante base produtiva para a sustentação do projeto missionário-civilizador empreendido pela Companhia de Jesus na capitania do Espírito Santo. Especializada na produção de carne, no final do século XVII abastecia o colégio e as residências do Espírito Santo, além de ter espaço pesqueiro para abastecimento de peixe.

Sua extensão era de 9 (nove) léguas e meia de frente e 8 (oito) léguas de fundo para terras de sertão e principiava na foz do rio Guaxindiba, correndo pela costa do

mar para o norte, até a última barreira do Siri, na então província do Espírito Santo. Os jesuítas mantinham nesse latifúndio uma grande criação de bovinos e equinos; por ocasião das chuvas, que alagavam o conhecido “Campo das Neves”, o rebanho era retirado para as terras mais altas da fazenda, localizadas em território da província do Rio de Janeiro. A fazenda Muribeca constituiu-se como uma das maiores fazendas pecuárias do Brasil, abrangendo sul do Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro, até a região de Campos dos Goytacazes/RJ. Em 1707, era a única fazenda na capitania.

Anchieta instalou ainda residência, oficinas, enfermaria, horto, pomar, criadouro de peixe, casa de farinha e usina de açúcar. Mais de um século depois, outro jesuíta, padre André de Almeida, instituiu nas imediações da igreja a Fazenda Muribeca, legalizada em 1702.

Preocupados com cultivo de peixe e a criação de gado, provavelmente os padres não tiveram tempo para edificar a totalidade do conjunto necessário à sua permanência nas terras do sul. A missão dos jesuítas era catequizar os Índios e colonizar as terras, mas não puderam cumprir a sua missão, porque em 1758 foram expulsos pelo Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal.

Quando foram expulsos do Brasil, em 1759, apenas a Igreja estava concluída. Da residência, apenas fragmentos de alvenaria e uma porta de acesso ao coro asseguram sua existência.

2 OS JESUÍTAS

Os jesuítas faziam parte de uma ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus. Criados com o objetivo de disseminar a fé católica pelo mundo, os padres jesuítas eram subordinados a um regime de privações que os preparavam para viverem em locais distantes e se adaptarem às mais adversas condições. No Brasil, eles chegaram em 1549 com o objetivo de cristianizar e civilizar o índio com a catequese administrada pelos missionários. O aldeamento foi uma prática para impedir que os nativos voltassem à cultura anterior. Os brancos e outros padres não tinham moral suficiente para corrigir as práticas cotidianas dos índios, que tinham ampla liberdade no sentido moral. Nóbrega, no entanto, instituiu a criação de um bispado no Brasil, pois D. Pero Fernandes não apoiava seus métodos na colônia.

Apesar de ir em defesa do gentio e não escravizá-los, os jesuítas concordaram que o uso da força no início fosse necessário para os submeter, e “assim, mais tarde pela conversão pacífica e pelo amor”.

Alguns hábitos dos índios eram incessantemente combatidos pelos jesuítas como a antropofagia, a poligamia, a própria conduta dos portugueses e ainda a inversão de gênero (mulher com mulher e homens servindo de mulher para outros homens publicamente). Para amenizar essas atitudes, foi incentivado que mulheres de Portugal viessem para se casar aqui na colônia, dando o exemplo de família, observada como moralmente correta na sociedade. A luta dos inicianos (primeiros jesuítas enviados por Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, ao Brasil) se deu tanto pelos índios quanto pelos portugueses sempre criticados pelos mesmos.

O ponto de partida para a conversão, observado pelos padres jesuítas e irmãos, foi a aprendizagem da língua tupi, que alguns, como Anchieta, desde Coimbra já havia iniciado o seu estudo. A catequização do índio contou com uma pedagogia astuta de primeiro realizar com as crianças, que depois ajudariam no trabalho de conversão com as famílias. Aliado a isso, os jesuítas trouxeram de Portugal crianças órfãs para que facilitassem a aproximação e os ensinamentos cristãos. No processo de cristianização, alguns elementos foram intensamente utilizados, como a música, o teatro — geralmente produzido pelo Padre José de Anchieta — procissões e rezas.

Diante da ação dos jesuítas na catequização, ocorreu resistência dos pajés, curandeiros e feiticeiros que exerciam grande influência sobre as tribos. As dificuldades eram muitas, mas os inicianos souberam aproveitar e até usar astúcia

nesse empreendimento. Exemplo disso foi a adequação do cotidiano dos índios aos momentos do ensinamento cristão.

A experiência mostrou aos missionários que tudo podia ser usado a favor da conversão. O batismo, um ato sagrado no cristianismo, só era dado quando o convertido mostrava sua persistência na fé. Para melhor manter o índio sob controle da Igreja, surgiu a ideia do aldeamento. Isso ocorreu também devido a alguns fatores, como a perseguição dos não convertidos. Os brancos não apresentavam moral suficiente para dar exemplos cristãos dos índios, pois sua conduta era perniciosa.

Incumbidos dessa missão, promoveram a criação das missões, onde organizavam as populações indígenas em torno de um regime que combinava trabalho e religiosidade. Ao submeterem as populações aos conjuntos de valores da Europa, minavam toda a diversidade cultural das populações nativas do território. Além disso, submetiam os indígenas a uma rotina de trabalho que despertava a cobiça dos bandeirantes, que praticavam a venda de escravos silvícolas.

Ao mesmo tempo em que atuavam junto aos nativos, os jesuítas foram responsáveis pela fundação das primeiras instituições de ensino do Brasil Colonial. Os principais centros de exploração colonial contavam com colégios administrados dentro da colônia. Dessa forma, todo acesso ao conhecimento laico da época era controlado pela Igreja. A ação da Igreja na educação foi de grande importância para compreensão dos traços da nossa cultura: o grande respaldo dado às escolas comandadas por denominações religiosas e a predominância da fé católica em nosso país.

Além de contar com o apoio financeiro da Igreja, os jesuítas também utilizavam mão de obra indígena no desenvolvimento de atividades agrícolas. Isso fez com que a Companhia de Jesus acumulasse um expressivo montante de bens no Brasil. Fazendas de gado, olarias e engenhos eram administrados pela ordem. Ao longo da colonização, os conflitos com os bandeirantes e a posterior redefinição das diretrizes coloniais portuguesas deram fim à presença dos jesuítas no Brasil.

No ano de 1750, um acordo estabelecido entre Portugal e Espanha dava direito de posse aos portugueses sobre o aldeamento jesuíta de Sete Povos das Missões. Nesse mesmo tratado, ficou acordado que os jesuítas deveriam ceder as terras à administração colonial portuguesa e as populações indígenas deveriam se transferir para o Vice-Reinado do Rio Prata. Os índios resistiram à ocupação, pois não queriam

integrar a força de trabalho da colonização espanhola; os jesuítas não admitiam perder as terras por eles cultivadas.

O conflito de interesses abriu espaço para o início das Guerras Guaraníticas. Os espanhóis e portugueses, contando com melhores condições, venceram os índios e jesuítas no conflito que se deflagrou entre 1754 e 1760. Depois do incidente, o ministro português Marques de Pombal ordenou a saída dos jesuítas do Brasil. Tal ação fazia parte de um conjunto de medidas que visavam ampliar o controle da Coroa Portuguesa sob suas posses.

Figura 6 – Quadro representando os jesuítas na catequização dos índios



Fonte: Sousa (acesso em 27 dez. 2019).

2.1 OS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO

A localização do Espírito Santo logrou uma condição de pouco investimento e interesse pelas riquezas e possibilidades que a capitania pudesse oferecer. Próxima à Bahia e ao Rio de Janeiro, centros importantes do período colonial, restou-lhe ser apenas um porto de escala. Os primeiros missionários que vieram para a capitania do Espírito Santo, a partir de 1549 foram Leonardo Nunes, Padre Afonso Brás e o Irmão Gonçalves; em 1560, o provincial Padre Manoel de Nóbrega.

O jesuíta Afonso Brás erigiu na capitania o primeiro colégio no Espírito Santo e depois também participou da edificação de colégios na Bahia e no Rio de Janeiro. Nos lugares onde foram construídas as “casas” jesuítas, houve uniformização, pois eram simples, sem divisão por dentro e coberta de palha. A ordem inaciana (jesuítas enviados por Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus) recebeu como doação a sesmaria, a casa de São Tiago e o Colégio de meninos.

Em 1549, o governador-geral Tomé de Souza recebeu ordens do rei para visitar todas as capitanias, mas a do Espírito Santo com urgência. Somente em 1553

conseguiu chegar à capitania, encontrando uma grande igreja e casa jesuítica. O cotidiano dos padres na capitania era de muita precariedade, desprovidos do básico, como o vinho utilizado nas missas e a farinha, vivendo de esmolas. As próprias vestes, o cálice e outras peças eram raros na capitania. Segundo Anchieta, a construção no Espírito Santo era de apenas uma casa, pois, embora apresentasse a presença de crianças para aprenderem as lições, o lugar não oferecia o estudo de latim, essencial para caracterizar um colégio.

No ano de 1556, Nóbrega faz uma passagem pela capitania do Espírito Santo, apresentando as “constituições” que vieram de Portugal: Continha a proibição de crianças, índios ou mamelucas morando junto aos padres jesuítas na mesma residência e dividindo o mesmo ambiente. A carta proibia que os jesuítas administrassem os bens e as posses que não pertencessem à companhia. Desfez-se assim a confraria do Menino Jesus e o Colégio dos Meninos de Jesus. Coabitavam na casa do Espírito Santo umas quinze pessoas entre padres e jesuítas, mais uns nove meninos brancos e cinco mamelucos. Dois anos depois da visita de Nóbrega, a casa recebeu mais meninos da Bahia, consequência da fome na região e por não ser possível sustentá-los lá.

Segundo dados de cartas dos jesuítas, a capitania do Espírito Santo permaneceu pobre e isolada do resto do território e o governador-geral Mem de Sá ratificou ao rei a situação da capitania. As dificuldades eram tantas que os padres jesuítas tinham que viver também do seu trabalho, os meninos pescavam e pediam esmolas para garantir sua sobrevivência. A edificação mais conhecida do período dos jesuítas é o Palácio Anchieta, hoje centro administrativo do governo estadual. Essa não é a primeira construção, pois se construía onde e quando se achasse o local apropriado; conforme as finalidades na missão, erguia-se o edifício definitivo. A imagem que conhecemos atualmente foi alterada com reboco neobarroco e sucessivas adaptações e reformas.

Figura 7 – Palácio do governo do Espírito Santo, 1909.



Fonte: Palácio... (acesso em 27 dez. 2019).

Figura 8 – Fachada do Palácio Anchieta, 2019



Fonte: Fotos... (acesso em 27 dez. 2019).

É importante ressaltar que as igrejas também serviam de túmulos aos beneméritos da companhia, mas proibido a outros pelo visitador Inácio de Azevedo. A nova igreja no Espírito Santo foi edificada em 1573, após uma embarcação naufragada no Rio Doce com destino à Bahia, tendo os tripulantes que voltar para Vitória com a ajuda dos índios, que, com o tempo de cinco meses à espera de nova embarcação, auxiliaram na construção da igreja, segundo ordens do provincial Inácio de Loyola.

A nova edificação, com vista para o mar, recebeu, a partir de então, um colégio gradativamente construído até a expulsão dos jesuítas em 1759, quando o desembargador fluminense, encarregado de prender os jesuítas, cercou o colégio, recolheu os padres nos aldeamentos e os embarcou na nau Liburnia para Lisboa.

Os bens dos jesuítas foram leiloados em praça pública, com exceção dos colégios e a residência de Anchieta. A construção sofreu transformações que a descaracterizaram, como o reboco neobarroco e a retirada das torres. Gradativamente serviu de sede administrativa do governo até os dias atuais.

3 A FAZENDA MURIBECA

Moribeca ou Muribeca, antiga fazenda fundada por padre Almada, pertencia aos jesuítas. Tinha sua sede no estado do Espírito Santo, porém com grande extensão de terras no Estado do Rio de Janeiro. Junto à sede, o padre José de Anchieta fundou em 1581 a igreja de Nossa Senhora das Neves.

Devido ao abandono da província do Espírito Santo por Gil de Goés, os padres jesuítas estenderam os domínios da sua fazenda (Muribeca, ES), apossando-se, no atual território do município de São Francisco de Itabapoana/RJ, do trecho compreendido entre a foz dos rios Guaxindiba e Itabapoana, pela costa, e para o interior, numa extensão de oito léguas e meia, o que equivale a 51 quilômetros (penetrando no território do atual município de Campos dos Goytacazes).

Expulsos os jesuítas, as terras da fazenda Muribeca ficaram abandonadas até serem arrematadas pelo capitão-mor da Província do Espírito Santo, que as vendeu para o engenheiro português Manuel Pereira.

Após a expulsão dos jesuítas, intensificou-se a exploração das florestas, com a retirada de madeiras para a construção naval, através dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana, completando-se a devastação ambiental na década de 1940, com a abertura da estrada ligando o “sertão” a Campos.

Para a demarcação das terras da fazenda Muribeca, Manuel Pereira fixou marcos de pedra com suas iniciais, sem, entretanto, ocupá-las. Quando chegaram dois de seus herdeiros, Antônio Pereira Viana e Antônio Domingos Tinoco, grande parte das terras já tinham sido invadidas por famílias provenientes da capitania vizinha, Rio de Janeiro. Então, Antônio Domingos Tinoco ocupou o conjunto, a residência, a Igreja e as terras mais próximas; por sua vez, Antônio Pereira Viana construiu residência às margens do rio Itabapoana, nomeando sua parte de Guarulhos. A terceira geração de proprietários das terras da fazenda Muribeca foi responsável pela sua doação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ela ainda não está tombada, mas encontra-se sob a guarda do IPHAN (passou pela primeira obra da restauração em 1950 e pela segunda em 1964, por ter sido destruída por incêndio) e certamente guarda uma das grandes riquezas histórico-culturais do sul capixaba.

3.1 REGISTRO DE AÇÕES

“Fazenda Muribeca, da Barra da Guaxindiba Estado do Rio, a Barra do Sirí onde tem um marco perto de Marataízes.

Quando os Jesuítas vieram para a Muribeca fizeram uma estrada da praia ao local da igreja Nossa Senhora das Neves. Estrada da Cruz da Muribeca (um cruzeiro) para transportarem todo material por esta estrada em reta ao conato esquerdo na frente da igreja transportado por carro de bois, fizeram a igreja e um sobrado ao lado direito da mesma, iniciaram do coro uma travessia ao sobrado de pedras, para comunicações dos mesmos, mas não terminaram. Existe ainda na parede os sinais do sobrado construído pelos mesmos e um pedaço de tábuas de peroba. Tinha também um cemitério, ao lado esquerdo do canto da igreja no mato onde enterravam os escravos e alguns dos jesuítas com um cruzeiro e sinais de um portão que eu conheci.

Também tinham fornos onde faziam tijolos, telhas e também fizeram uma ponte de madeira no Rio da Igreja para atravessarem para o campo do Murici, onde deviam ter aproximadamente 600 a 700 reses, e uma grande criação de porcos. Existiam ainda 3 esteios dentro d’água, 2 de afaraju e um outro de itapecuru. Também existia uma estiva de madeira deitada ainda transitável com nome de estiva dos Padres que passavam para a Fazenda do Campo Novo onde estavam os escravos e grandes lavouras de café e as senzalas. As pedras foram puxadas da praia de Marobá. Diziam os antepassados que quando receberam ordem de prisão, um dos jesuítas fugiu e foi pego no Murici. Como os Tinocos adquiriram terras dos Viana na Fazenda Muribeca. Ana Angélica da Silva Viana casou-se com um Tinoco que morreu e não deixou filhos. Mais tarde casou-se com Antônio Tinoco, sobrinho do primeiro marido, e juntos tiveram 05 (cinco) filhos, que, quando ambos morreram passaram a ser herdeiros por parte de Angélica Pereira da Silva Viana.” (Relato de Ulisses Viana Fontão, um dos antigos donos do terreno em se encontra a Igreja de Nossa Senhora das Neves)

Segundo a historiadora capixaba Maria Stella de Novaes, *História do Espírito Santo*, os indígenas, até o ano de 1823, ainda apareciam na fazenda Muribeca e, no sertão de fato, no lado da província do Espírito Santo, foi criado pela Lei Provincial nº 03, de 7 de julho de 1853, o distrito de Barra de Itabapoana, pertencendo ao município

de Itapemirim, elevado a vila em 11 de novembro de 1938. Teve sua primeira escola pública em 30 de outubro de 1872 (ASSIS, 1941, p. 198).

Com o declínio dessa vila, pela Lei Estadual nº 265, de 22 de outubro de 1949, a sede do referido distrito foi transferida para a localidade de Batalha. Pela Lei Estadual nº 1918, de 30 de dezembro de 1963, o distrito de Batalha foi desmembrado do município de Itapemirim e elevado à categoria de município, denominado Presidente Kennedy.

3.2 A IGREJA DAS NEVES

A igreja das Neves foi construída pelos jesuítas antes de sua expulsão, cujo superior era o padre. Almada, português. Os jesuítas receberam a sesmaria de Muribeca (mosquito branco) de D. João I por carta-régia, para colonizar as terras e catequizar os índios Botocudos, que eram antropófagos, usavam tacapes (não arco e flecha) e tábuas nos lábios.

A igreja das Neves foi construída em meados do século XVII, construída com madeira. Por volta de 1694, com ajuda de índios catequizados e escravos, o novo templo foi erguido e, em 1750, a imagem de Nossa Senhora das Neves veio de Portugal, mantendo viva a fé e a devoção dos habitantes da região.

Para edificá-las, os padres jesuítas utilizaram as pedras de pequenas dimensões, argamassadas com cal, dos arrecifes existentes na costa do Espírito Santo, cujo transporte deve ter exigido o esforço de muitos índios reunidos em torno das atividades de culto e trabalho da fazenda Muribeca. Construída com paredes estruturais de pedra, a igreja encontra-se coberta por telhado com armação em madeira e fechado por telhas de barro do tipo canal.

O edifício apresenta uma configuração típica das construções religiosas no Brasil Colônia, resultado da modéstia e da austeridade com que os padres jesuítas empreenderam sua ação, ao mesmo tempo civilizatória e missionária.

O conjunto arquitetônico é arrematado por alternância de singelas linhas côncavas e convexas, realçadas por friso em ressalto duplo e extremidades movimentadas por acabamento de desenho em espiral, provavelmente de inspiração naturalista ou analogia aos caracóis marinhos, o que não compromete a contenção expressa pela construção jesuítica, onde predominam a linearidade dos arremates e

o enquadramento da fachada, obtido pelos largos cunhais e o geometrismo do volume prismático da igreja.

Figura 9 – Parte externa da Igreja de Nossa Senhora das Neves



Fonte: Moreira (2020).

Figura 10 – Parte interna da Igreja de Nossa Senhora das Neves



Fonte: Neiva (2014). Foto Tom Boechat

Dominando a vasta e arenosa planície, a Igreja de Nossa Senhora das Neves é um ponto branco contrastando com o infinito azul do mar a leste e o ondulante verde das montanhas a oeste. Percebê-la é como ver o tempo imobilizado, uma condição apenas alterada a cada dia 5 de agosto, quando, para agradecer e pedir graças, homens, mulheres e crianças se encontram para orar e festejar o dia de Nossa Senhora das Neves. Evento sem fronteiras, a festa atrai devotos de diferentes localidades do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, que se deslocam a pé, a cavalo, de bicicleta, carroças e outros meios, para, num ato de fé e amor, visitarem o santuário em agradecimento a bênçãos alcançadas. A igreja, sinal de práticas centenárias, isolada e distante, exige corpo e espírito esperançosos para nela chegar, cumprindo o ritual de fé e tradição que vai passando de geração a geração.

Figura 11 – Devotos carregando a imagem de Nossa Senhora das Neves durante procissão



Fonte: Festa... (2020). Foto: Tadeu Bianconi/Mosaico.

Figura 12 – Imagem de Nossa Senhora das Neves no interior da igreja



Fonte: Imagem... (2017)

A igreja tem importância histórica e marca o nascimento do município de Presidente Kennedy. As paredes, as portas, as janelas, o altar, o santíssimo, as eiras na borda do telhado e os púlpitos permanecem com a arquitetura original. Dadas as atribuições de milagres a Nossa Senhora das Neves, nesses três séculos de história abrangendo o Norte Fluminense e sul do Espírito Santo, a região é hoje um local de peregrinação e um marco da passagem dos jesuítas pelo sul do Espírito Santo, na antiga fazenda Muribeca do século XVII. Anualmente, entre os dias 1º e 5 de agosto, a paróquia realiza a tradicional festa de Nossa Senhora das Neves, atraindo cerca de 50 mil visitantes e devotos de todo o país que, num ato de fé, gratidão e fidelidade, se dirigem ao local para acender velas.

3.2.1 Tradição

Diz a tradição que, no século IV, vivia em Roma um ilustre descendente nobre, de família romana, o qual, não possuindo herdeiros, resolveu, em combinação com sua esposa, consagrar sua imensa fortuna à glória de Deus. Estava pensando seriamente no assunto, quando a Rainha do Céu apareceu-lhe em sonhos e disse-lhe: “Edificar-me-eis na colina de Roma que amanhã aparecerá coberta de neve”.

Era noite de 4 para 5 de agosto, época de maior calor na Itália, mas no dia seguinte, devido a um estupendo milagre, o Monte Esquilino estava coberto de neve. A população da cidade se dirigiu ao local do prodígio e até mesmo o Papa Libério, acompanhado de todo Clero, também foi verificar o milagre.

Logo depois de iniciada a construção, a basílica foi denominada Nossa Senhora das Neves, conhecida universalmente pelo nome de Santa Maria Maior (Basílica de Santa Maria Maggiore), no século IV, pelo Papa Libério, inspirada por esse sinal da Virgem, que fez nevar no local em pleno verão de Roma. É a primeira igreja dedicada à Virgem Maria no Ocidente e uma das mais belas e adornadas de toda a cidade. Abriga, entre outras coisas, um relicário com um pedaço da manjedoura do menino Jesus.

Figura 13 – Basílica de Santa Maria Maggiore, Roma (Itália);



Fonte: Nossa Senhora... (acesso em 27 dez. 2019)

Figura 14 – Imagem de Nossa Senhora das Neves no Milagre da Neve



Fonte: Milagre... (acesso em 27 dez. 2019).

Seu teto foi dourado com o primeiro ouro proveniente da América. A Corte da Espanha, depois de recebê-lo das mãos de Cristóvão Colombo, enviou à cidade Eterna para ornamentar a mais bela igreja dedicada à mãe de Deus, sob cuja proteção estava a nau em que Colombo partiria para o Novo Mundo.

3.2.2 A imagem

No período de sua expulsão do sul capixaba, os jesuítas se refugiaram por cerca de um ano na Ilha dos Franceses (Itapemirim). Conta-se, na região, uma lenda que tentaram construir um túnel entre o Monte Agá e a Ilha dos Franceses. Os habitantes mais idosos de Itaipava, movidos pela curiosidade, relatam já ter avistado a entrada de tal túnel.

A lenda conta ainda que a santa original da Igreja das Neves era uma Nossa Senhora toda de ouro, que teria sido enterrada na praia que fica defronte à igreja.

Havia um caminho, de terra batida, em linha reta, pela mata, da porta do lado esquerdo da igreja até o mar. Próximo à desembocadura deste caminho na praia, foi enterrada a Santa, juntamente com o escravo que a carregou. No local, os jesuítas fizeram três montes de areia na praia, sendo que, no monte do meio, colocaram um cruzeiro, para servir de sinalização aos navios.

Figura 15 – Imagem de Nossa Senhora das Neves no Santuário das Neves em Presidente Kennedy



Fonte: Fonte: Após restauro... (2017).

Conta-se também que havia uma olaria dos jesuítas atrás da igreja e da casa dos padres do lado direito, cuja entrada na igreja se dava pela porta que há à direita do lugar do coral.

A sesmaria foi comprada por Manuel Pereira Viana. A santa que está atualmente na Igreja é uma Nossa senhora mandada trazer da Itália, da cidade de Neves (por isso, Nossa Senhora das Neves) por ordem de Antônio Pereira Viana, filho de Manoel Pereira Viana e avô de Ulisses Fontão, antigos donos do terreno onde se encontra a igreja.

4 LENDAS DE TESOUROS E RIQUEZAS

Do ponto de vista histórico, as lendas podem ser decorrentes do fato de que, a partir da expulsão dos jesuítas, as autoridades locais começaram a elaborar uma série de inventários, visando ao sequestro de seus bens. A grande quantidade de propriedades permite aventar como estava organizada economicamente a existência desses religiosos em terras brasileiras. Por ocasião do confisco dos bens inicianos no Rio de Janeiro, por exemplo, foi encontrada, dentro do colégio dos jesuítas, no Morro do Castelo, uma quantia irrisória para a época, apenas quinhentos mil e duzentos e vinte réis, o que não seria suficiente para comprar um bom escravo jovem, cujo preço girava em torno de seiscentos mil reis. Como o restante do dinheiro não havia seguido anteriormente na frota nem estava com os religiosos, as pessoas passaram a acreditar que os padres entregaram o dinheiro a pessoas de sua confiança ou ainda o tinham escondido dentro do colégio, em seus inúmeros túneis e calabouços.

A saída dos padres da fazenda Muribeca e de outras localidades sem dinheiro e sem bens, rapidamente se espalhou pela província do Espírito Santo, fazendo ecoar pela região que eles haviam enterrado seus tesouros a sete léguas da fazenda em um baú. Tal lenda remonta ao tempo dos antepassados que residiam nas imediações da fazenda e que ouviram de outros familiares a afirmação de que os jesuítas enterraram, a um quilômetro da praia, nas imediações da restinga, a uma légua da lagoa do Siri, uma arca com tesouros valiosíssimos. O fato é que, por ocasião da saída dos padres da fazenda, os índios voltaram para as matas e a vila esvaziou-se. A população pobre e ambiciosa quase destruiu a igreja de Nossa Senhora das Neves escavando sob o altar, em busca do tesouro da Muribeca.

Reza outra lenda, conhecida como *Cruz de Muribeca*, recolhida pelo capixaba Dr. Pessanha Povoá, que, por ocasião da expulsão dos jesuítas, eles se reuniram às altas horas para guardar numa urna e enterrar, em lugar conhecido, todas as suas riquezas. Tudo havia seguido em um carro e, a uma distância de duas léguas do mar, ocultaram o tesouro. Num ato contínuo, a terra abriu-se e sepultou o carro e os padres! Na orla dessa cova, surgiu a cruz de Muribeca.

Os ávidos por riqueza não encontraram os tesouros dos jesuítas, mas todos queriam saber o que fizeram com o dinheiro que ganhavam, já que não prestavam contas a nenhuma instância. Com o tempo, as autoridades perceberam que os

jesuítas sabiam o que lhes poderiam acontecer a partir de eventos que precederam o ato de expulsão: o irmão de Pombal foi transformado em inquisidor e não tardou a condenar à morte um jesuíta; Pombal declarou expressamente seu repúdio às formas educativas da Companhia de Jesus, entre tantos outros indícios de sua aversão à Ordem. Isso significava que os jesuítas, temerosos do que estava por vir, pretendiam salvar o que pudessem — e no caso dos bens imóveis, como as terras e as casas, haviam recorrido a estratégias contábeis para desviar para particulares, por meio de arrendamentos e doações, o que contavam recuperar em tempos futuros (KESSEL, 1997).

As lendas da Muribeca contam que os comodatários ou meeiros se apossaram das roças de açúcar, farinha, gado e dos pesqueiros. Todos começavam a acreditar que, se houvesse tesouros, os jesuítas os haviam protegido a sete chaves.

5 ORGANIZAÇÃO JESUÍTICA

Pelos relatos do padre Pires Martins, no Sul da Capitania do Espírito Santo, as missões estavam organizadas em uma igreja, que funcionava como o centro do trabalho, e em uma relação de aldeias que estavam sob a sua jurisdição. A técnica de catequização consistia em manter os índios em suas aldeias. Assim, recebiam os ensinamentos da religião e continuavam produzindo bens de consumo para a sua subsistência. Eles só vinham à missão, ou seja, à igreja-sede, para receber o sacramento do batismo. São relacionadas as seguintes missões:

- **Missão de Guarapary** (fundada em 1585; estimativa de habitantes: 6.000 índios). Aldeias: Aldeia de Guarapary (sede), Aldeia do Campo, Aldeia do Una, Aldeia de Perocão, Aldeia de Meahype e Aldeia de Mãe-bá.
- **Missão de Rerigtiba** (fundada em 15 de agosto de 1579; estimativa de população: 7.000 índios). Aldeias: Aldeia de Rerigtiba (sede), Aldeia de Cutinga ou Quatinga, Aldeia de Jabaquara, Aldeia de Araquara, Aldeia de Monte-Urubu, Aldeia das Salinas, Aldeia de Obu e Aldeia de Iriri.
- **Missão de Orobó** (fundada em maio de 1.580; estimativa de população: 5.000 índios.) Aldeias: Orobó (sede), Piúma, Iconha, Tapuama ou Itapuama, Itinga, Imbitiba, Agha, Taipaba ou Itaipava, Taoca ou Itaoca e Piabanha.
- **Missão de Muribeca** (fundada em 1581; estimativa de população: 5.000 índios). Aldeias que pertenciam à Missão de Muribeca: Muribeca (sede), Tapemirim ou Itapemirim, Marathayzes, Calculucage, Siri e Camapuam ou Itabapoana.
- **Missão de Montes Castelo** (fundada em novembro de 1625; estimativa de população: 3.000 índios). Aldeias: Montes de Castello (sede), Caxixa ou Caxixe, Ribeirão, Barra do rio Castelo e Salgado.

Além das citadas aldeias, para a catequese, os jesuítas mantinham no Espírito Santo uma forte estrutura econômica: fazenda de Muribeca, em Presidente Kennedy, onde havia criação de gado; de Araçatiba, em Viana (cana-de-açúcar); de Itapoca, provavelmente em Cariacica, que produzia farinha de mandioca; de Carapina, para legumes. Contavam também com as grandes igrejas e residências, como Nossa Senhora de Assunção, em Anchieta; Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari; Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba (Viana), e igreja de São Tiago, em Vitória.

Por essa sistematização, sabemos que os jesuítas tinham uma série de missões que são referidas como "Missões da Companhia de Jesus" (no Sul do Espírito Santo). Estruturalmente elas se parecem com as missões jesuíticas do sul do Brasil. Alguns historiadores privilegiam a estrutura econômica (que existiu), enquanto outros dão ênfase às fazendas jesuíticas (de Muribeca, de Araçatiba, de Itapoca e de Carapina).

O objetivo dos aldeamentos primava pelo controle social e tinha por intuito quebrar a resistência do indígena. A companhia de Jesus foi um instrumento da colonização que nem sempre no processo de cristianização encontrou um meio pacífico de atuar ou até mesmo de contornar certas situações de imposição da fé por meio do uso da força. Na obra de Carvalho Júnior (2005), encontramos um fato que exemplifica a concordância dos missionários jesuítas quanto ao uso da força e do terror (isto se confirma através de cartas dos próprios jesuítas) para depois então ocorrer a conversão pacífica. O fato foi que quatro colonos morreram por causa de índios antropófagos, que foram severamente castigados e fuzilados sem cerimônia diante dos padres para que servissem de exemplo.

Vale ressaltar que o uso de mão de obra escrava nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo não constitui nenhuma surpresa. Escritos e pesquisas sobre o tema têm se multiplicado, pontuando um componente extra: se nas demais capitanias as fazendas jesuíticas dividiam espaço com outras grandiosas propriedades, em terras capixabas os padres da Companhia de Jesus constituíam os principais vultos em termos de produção agrícola. Sem eliminar a importância das propriedades pertencentes a particulares, o sucesso das fazendas de religiosos, jesuítas ou não, destoavam do quadro geral de baixa produtividade no Espírito Santo. A ruim repercussão da expulsão dos jesuítas, em 1759, sobre a economia capixaba pode ser notada pelos escritos de alguns dos autores da história local, como José Teixeira de Oliveira e Bazilio Daemon.

As fazendas de Araçatiba, Muribeca, Engenho do Campo e Engenho Velho, guiadas também sob princípios econômicos, representam palcos que permitem a observação dos cativeiros sob tutela de religiosos. É inegável a importância de tais fazendas para a difusão da obra religiosa católica na colônia. Com seus recursos, era possível construir igrejas, colégios, adquirir imagens e financiar as jornadas em busca de mais indígenas para a catequese.

A fuga dos escravos que queriam a volta de seus antigos senhores, os jesuítas, pode ser um indício de que importantes marcas do cativeiro chefiado por aqueles religiosos se deturpou após a sua expulsão. Da mesma maneira, a decadência das escravarias de Muribeca e Araçatiba, observada pelo príncipe Maximiliano, reforça a especificidade e a eficiência administrativa das terras sob a direção dos religiosos.

6 REFLEXÕES

A História Indígena não pode ser limitada ao extermínio e “perda identitária” e, muito menos, à manutenção da ideia de índio “primitivo”. Deve-se reconhecer a capacidade indígena de tomada de decisões e de negociação. Mesmo com a ação dos missionários jesuítas, a ocupação do interior do Espírito Santo mostrava-se uma tarefa complexa. Esse quadro impedia o desenvolvimento econômico da capitania, pois reservas de metais e pedras preciosas, madeiras de lei e drogas do sertão, por exemplo, permaneciam praticamente intactos.

A sociedade colonial no Espírito Santo não só não conseguia ampliar seus domínios como também enfrentava muitas dificuldades na manutenção de sua pequena faixa litorânea. Intensificaram-se as pressões ao norte da capitania pelos deslocamentos dos Aimorés (Botocudos). A essa altura, os indígenas Aimorés não enfrentavam mais a resistência dos Tupiniquins da região de Ilhéus e Porto Seguro, visto que estes já estavam muito enfraquecidos pela ação dos portugueses. Os índios Tupiniquins que resistiram às guerras e ao cativeiro imposto pelos colonos passaram a buscar os aldeamentos jesuítas como forma de proteção. Enquanto isso, os Goitacás dificultavam qualquer tentativa de avanço da capitania ao sul. Novas alianças iam se delineando, mesmo diante desse quadro.

O fim dos trabalhos dos jesuítas nos aldeamentos do Espírito Santo causou um novo abalo no muito agitado sistema organizacional indígena. Por sua vez, também possibilitou novos rearranjos de acordo com os interesses em jogo. A ação dos novos diretores também não proporcionou garantia alguma para os índios, já que muitos colonos eram estimulados a se fixarem entre os indígenas “mansos”. Não demorou muito, passaram a usurpar as terras dos índios e submetê-los a trabalhos forçados. Diante dessa situação, muitos índios revoltaram-se, abandonando os Aldeamentos Régios. Quando o naturalista francês Saint-Hilare esteve no Espírito Santo em 1808, relatou como a sesmaria de Benevende (antiga missão de Reritiba) estava sendo ocupada por luso-brasileiros. Segundo o viajante, os governadores do Espírito Santo, por meio de procedimentos ilegais, desrespeitavam os direitos indígenas sobre a terra. Talvez isso explique o interesse do ouvidor do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, em incentivar a sublevação indígena na aldeia de Reritiba, em 1744: Com a ausência dos jesuítas, ficaria mais fácil expulsar os indígenas, ou ainda, explorar sua mão de obra por meio justificativas que se baseavam na “rebeldia” indígena, numa

tentativa de controlar as terras destinadas à referida aldeia, que, aliás, encontrava-se em terrenos férteis.

Observa-se que, pelo menos até meados do século XIX, conquistar as terras dos índios, expulsando-os simplesmente de seu território, não era um expediente muito eficaz usado pelo governo colonial. Para que as novas áreas deixassem de ser apenas assinaladas pela cartografia, tornando-se ocupações efetivas, era muito importante o apoio dos grupos indígenas, principalmente na defesa e manutenção desses locais. No contexto colonial, tal defesa, em sua maioria, era contra outros grupos indígenas resistentes à nova lógica, apresentada pelos não índios, para não dizer imposta. Vale ressaltar que não se trata de resumir essa interpretação à história de índios que ajudaram os não índios no devassamento de suas próprias paragens. O processo é bem mais complexo. Trata-se de um esforço no sentido de melhor entender a formação do território e sobretudo do povo brasileiro no qual os indígenas ocupam um importante papel, como sujeitos ativos e não como meros apêndices do processo histórico. Ainda hoje constata-se um complexo jogo de interesses de direitos e garantias, sobremaneira daqueles ligados à questão agrária, que podem ser ou não assegurados diante da observação de sinais que remetam a uma ancestralidade indígena.

Nesse sentido, a identidade étnica adquire grande importância. Novos critérios de reconhecimento da identidade indígena, principalmente da dinâmica histórica desses povos, devem ser entendidos pelos operadores do direito e agentes do Estado, bem como por pesquisadores e educadores. Contrariando trabalhos que abordam a história indígena numa perspectiva do extermínio, pautados por dados demográficos pouco confiáveis, a chamada “emergência” indígena (crescimento demográfico indígena) de povos até então entendidos como extintos e o complexo jogo de afirmação política do qual fazem parte têm exigido um novo olhar sobre o papel do índio dentro dos processos históricos. Agora, não mais como um ator “carregado a reboque”, mas como sujeito capaz de estabelecer a história em seus próprios termos.

Em suma, ao se tratar do patrimônio jesuítico, deve-se reconhecer a importância política, social e econômica desses missionários na formação do Brasil e, em especial, no Espírito Santo. É preciso considerar que, em cada edificação jesuítica não se encontra inscrita apenas sua própria história, mas todo o contexto em que os padres se inseriam. É necessário se desvencilhar de processos de patrimonialização

individualizados, que desconsideram partes fundamentais da própria história nacional. Assim, mais do que reafirmar características físicas e a análise da arquitetura das edificações dos jesuítas, é preciso contar a história de sua atuação no Brasil. Discutir os aspectos políticos, econômicos e sociais que marcaram essa atuação se torna meio de inserção desse “legado” dos jesuítas na vida em rede, relacionada e interdependente. Assim teremos uma visão mais integrada sobre esse patrimônio cultural, que seja merecedor do seu rico passado histórico e a sua preservação no futuro.

REFERÊNCIAS

FONTES CITADAS

APÓS RESTAURO, imagem de Nossa Senhora das Neves retorna a santuário em Presidente Kennedy. Texto disponibilizado em 31 jul. 2017. In: AQUI NOTÍCIAS.COM. Disponível em: <https://www.aquinoticias.com/2017/07/apos-restauro-imagem-de-nossa-senhora-das-neves-retorna-a-santuario-em-presidente-kennedy/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

ASSIS, F. Eugenio de. **Dicionário geográfico e histórico do estado do Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 1941.

BOTOCUDOS – Wikipédia, a biblioteca livre Disponível em: https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bc/Rugendas_indiobotocudo.gif&img. Acesso em: 27 dez. 2019.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ES em mapas. Disponível em:

<https://www.google.com/imgres?imgurl=http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/mapas/cat19/full/2644.jpg&imgrefurl=http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/&tbnid=OEN8nznatxPLFM&vet=1&docid=D6pgok8lqBiJNM&w=2481&h=3506&hl=pt-BR&source=sh/x/im>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FAMÍLIA de Botocudos em marcha 1834 Jean-Baptiste Debret. Disponível em: https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3e/E11_p9.jpg&imgrefurl=https://pt.w. Acesso em: 27 dez. 2019.

FESTA das Neves em Presidente Kennedy começa neste sábado (27). Texto disponibilizado em 25 jul. 2019. In: MARATIMBA.COM. Disponível em: <https://portalmaratimba.com.br/festa-das-neves-em-presidente-kennedy-comeca-neste-sabado-27/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FOTOS Palácio Anchieta. In: GUIAVIAGENS Brasil.com. Disponível em: <https://www.guiaviagensbrasil.com/galerias/es/fotos-palacio-anchieta/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

IMAGEM de Nossa Senhora das Neves de Presidente Kennedy será restaurada. Texto disponibilizado em 24 mar. 2017. In: FOLHA VITÓRIA. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/03/2017/imagem-de-nossa-senhora-das-neves-de-presidente-kennedy-sera-restaurada>. Acesso em: 27 dez. 2019.

KESSEL, Carlos. Os tesouros do Morro do Castello: ouro dos jesuítas no imaginário do Rio de Janeiro. **Revista de História Regional**, v. 2, n. 2, p. 9-50, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/AppData/Local/Temp/MicrosoftEdgeDownloads/da1b3cf6-e61a-4da9-a6c5-61e28e9b97f9/68-688-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MILAGRE da neve. Disponível em: <https://www.mensagenscomamor.com/mensagem/507316>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MOREIRA, Leandro. **Prefeitura divulga programação da Festa das Neves On-line**. Texto disponibilizado em 27 jul. 2020. In: Em off NOTÍCIAS. Disponível em: <https://emoffnoticias.com.br/prefeitura-divulga-programacao-da-festa-das-neves-on-line/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NEIVA, Simone. À espera de uma cidade: a Igreja Nossa Senhora das Neves, da expansão jesuítica à globalização. Texto disponibilizado em jun. 2014. In: Vitruvius. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.167/5203>. Acesso em: 27 dez. 2019.

NOSSA SENHORA das Neves – Santuário Divina Misericórdia. In: Portal Divina Misericórdia. Disponível em: <https://www.google.com/imgres?imgurl=http://www.derradeirasgracas.com/images/Nossa%2520Senhora/Nossa%252026.jpg&imgrefurl=https://misericordia.org.br/?evento%3Dnossa-senhora-das-neves/&tbnid=e54F4tqf21x-vM&vet=1&docid=Y7NaISpagECSiM&w=400&h=267&hl=pt-BR&source=sh/x/im>. Acesso em: 27 jan. 2019.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo.

PALÁCIO Anchieta. Disponível em: https://www.google.com/search?q=pal%C3%A1cio%20anchieta%20arquivo%20p%C3%BAblico%20estadual&tbm=isch&tbs=rimg:Casv930wB_1JaYYg4KlymUYcn&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBsQullBahcKEwjYyY-qqNruAhUAAAAAHQAAAAQBw&biw=1349&bih=625#imgrc=GXQIrTshsxKY6M. Acesso em: 27 dez. 2019.

PURIS – Wikipédia, a biblioteca livre. Disponível em: https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f1/Rugendas_-_Puri.jpg&imgrefurl=https://pt.wikipedia.org/wiki/Puris&tbnid=Wu_WredT3Ye3IM&vet=1&docid=U0JnKT59GmwReM&w=647&h=800&hl=pt-BR&source=sh/x/im. Acesso em: 27 dez. 2019.

SOUSA, Rainer. **Jesuítas**. In: MUNDO EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/jesuitas.htm>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FONTES CONSULTADAS

AMANTINO, Márcia. Pombal e a expulsão dos jesuítas: um estudo de caso sobre as fazendas inacianas no Rio de Janeiro setecentista. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/UNIVERSITÉ PARIS-EST: IMPÉRIOS, RELIGIOSIDADES E ETNIAS, 2007, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: GM, 2007.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Anchieta e a obra jesuítica no Espírito Santo**. Vitória: Edit, 1999.

CONDE, Bruno Santos. **Senhores de fé e de escravos: a escravidão nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo**. Curitiba, 2009.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Batista de. Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e ressignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII. **Revista Temporalidades**, v. 6, n. 2, p. 1-19, maio/ago. 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

SPANO E SILVA, Anna Carolina. **Os passos dos jesuítas no Espírito Santo: vivências e interdependências das edificações no estado**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.